





JUMIL - JUSTINO DE MORAIS, IRMÃOS S/A

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2024**

Jumil / pensou plantio,
pensou Jumil

jumil.com.br

 (16) 3660 - 1000

 Av. Moacir Dias de Moraes - 1043
14315-358 Batatais/SP

 vendasmaq@jumil.com.br

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	8
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações de resultados	13
Demonstrações de resultados abrangentes	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras	17

Relatório da Administração

Apresentamos aos nossos acionistas e ao mercado o relatório da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Conjuntura

O ano de 2024 foi o mais desafiador para a empresa desde 2020. Os investimentos em máquinas e implementos agrícolas seguiram em queda com intensidade maior que a esperada por uma série de fatores que, combinados, resultaram em grandes dificuldades de previsão, planejamento e tomada de decisões ao longo do ano.

A safra 2023/24 foi prejudicada por fatores climáticos em grande parte das principais regiões produtoras de milho e soja, duas *commodities* que juntas representam mais de 85% da produção nacional de grãos. Comparativamente à safra 2022/23, a produção de soja e milho tiveram queda de 8 milhões de toneladas (-5,1%) e 16 milhões de toneladas (-12,3%), respectivamente. Considerando todas as culturas foram produzidas 298 milhões de toneladas, contra 321 milhões na safra anterior, queda de 23 milhões de toneladas (-7,2%), dados da Conab.

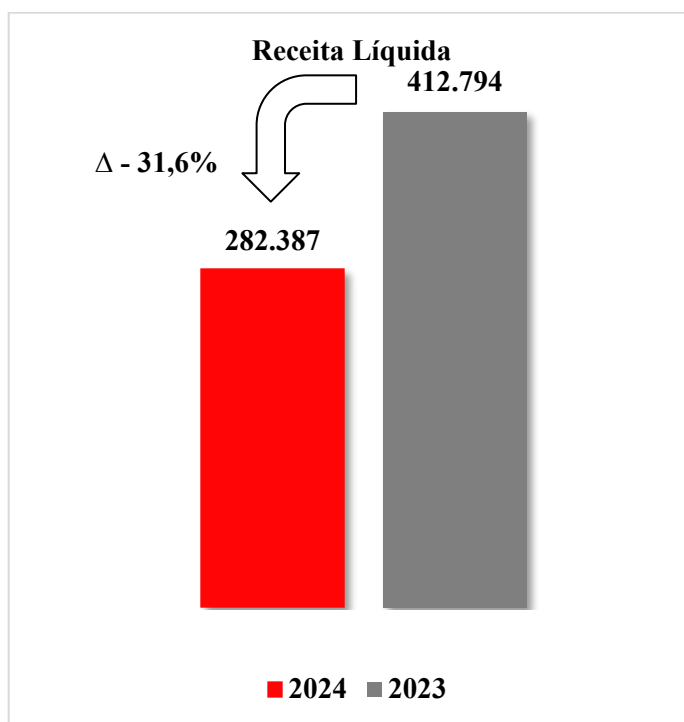
Apesar da queda de produção no Brasil, houve aumento de oferta global devido à boas safras na Argentina e nos Estados Unidos, o que pressionou os preços na Bolsa de Chicago e consequentemente os preços e as margens para os produtores. Somando a esse cenário adverso de produção, renda e margem, o setor enfrentou novamente as altas taxas de juros e a insuficiência das linhas de crédito a juros controlados (Plano Safra).

No *front* interno, a Companhia enfrentou ao longo de todo ano uma intensa guerra de preços causada pelo excesso de oferta, que levaram à perda de mais de R\$ 90 milhões em negócios e à necessidade de redução de margens e concessão de prazos mais alongados em boa parte das negociações, prejudicando o resultado econômico e a geração de caixa. Após o período de realização das grandes feiras, encerrado em meados de junho, a Companhia possuía uma carteira de R\$ 150 milhões em pedidos para financiamento. Com o anúncio do Plano Safra no início de julho, a expectativa era que o fluxo de liberação dos recursos seguisse o ritmo parecido com os anos anteriores, o que não aconteceu. Esta lentidão na liberação dos recursos e a proximidade do início do plantio colocaram em risco parte da carteira de pedidos, uma parte foi convertida para recursos próprios e cerca de R\$ 70 milhões foram perdidos por não liberação dos financiamentos a tempo.

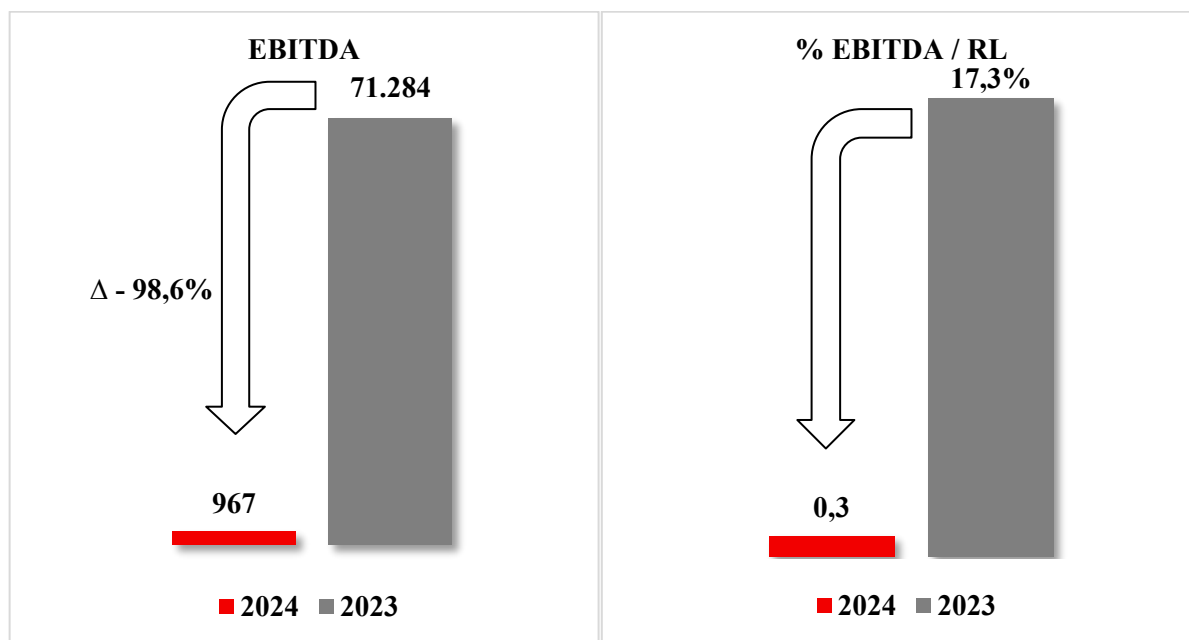
Segundo dados da Abimaq, o setor que já havia passado por uma queda de 22% nas vendas em 2023, encerrou 2024 novamente com queda de 23%.

Aspectos econômicos e financeiros**Receita**

A receita operacional líquida (ROL) anual foi de R\$ 282.387 (-31,6% em relação a 2023, R\$ 412.794), sendo R\$ 137.577 (48,8%) no 1º semestre e R\$ 144.810 (51,2%) no 2º semestre. Em relação ao orçamento anual planejado, essa distribuição quase linear da receita nos dois semestres deveu-se menos a um bom volume de negócios no primeiro semestre e mais à queda no volume de negócios no segundo semestre, principalmente à não conversão de grande parte dos pedidos de financiamento.

**EBITDA**

O EBITDA nominal foi de R\$ 967 (em 2023, R\$ 71.284) e a margem EBITDA foi de 0,3% (em 2023, 17,3%), representando um decréscimo nominal de R\$ 70.317 e uma queda de -98,6% na margem. Os principais fatores que contribuíram para essa queda expressiva do EBITDA foram: 1) R\$ 7.489 em perdas de margem pelo excesso de oferta e consequente “guerra de preços”; 2) R\$ 7.805 em custo de ociosidade, dado que mesmo com os ajustes de custo fixo feitos ao longo do ano, a Companhia operou com capacidade ociosa além do planejado; 3) R\$ 5.626 em gastos com garantias, decorrente de *recalls* realizados em 2 produtos lançados em 2023; 4) R\$ 5.066 em gastos rescisórios pela redução do quadro de funcionários realizada principalmente no quarto trimestre.



Geração de Caixa

A geração de caixa livre em 2024 foi de -R\$ 20.165 (em 2023, R\$ -6.102), tendo este resultado se devido principalmente ao crescimento das vendas com recursos próprios *versus* financiadas e à consequente pressão para concessão de prazos de pagamento maiores a uma parcela dos clientes, reflexo de uma menor disposição dos produtores em tomar crédito a juros de mercado vigentes no período, e também ao crescimento dos estoques, sendo a maior parte relativa ao investimento em máquinas de demonstração dos dois principais novos produtos lançados em 2023.

Endividamento Financeiro e Liquidez

Não obstante à geração negativa de caixa em 2024, a empresa conseguiu honrar todos os seus compromissos financeiros contratados, tendo pago R\$ 56.949 de dívidas e captado novos empréstimos no montante de R\$ 85.598, resultando em um aumento da dívida financeira líquida em R\$ 28.649, totalizando R\$ 135.241. Devido à queda expressiva do EBITDA, o indicador Dívida Líquida / EBITDA encerrou o ano em 140x e o indicador de Liquidez Corrente encerrou em 1,61.

Aspectos Estratégicos

Inovação

Produtos – apesar da conjuntura de mercado, a Companhia seguiu com sua estratégia de inovação e lançou dois novos produtos, a Plantadora Adubadora Transportável AGILIZE, com 13 e 15 linhas, para tratores até 225cv e largura de transporte de 4,10m, e a ampliação da família TERRA T320, com os modelos 23 a 33 linhas, para tratores de 320 a 460cv. A Companhia segue também com a melhoria contínua dos produtos existentes.

Serviços – A Jumil Serviços segue ampliando a sua atuação como processo estratégico para a fidelização do cliente e capacitação dos canais de vendas. No final de 2024 foi alocado um engenheiro especialista de produto para promover treinamentos de nível avançado para a equipe técnica da Jumil e dos canais de vendas, e lançado o projeto de criação de oficinas modelo nas revendas para realização de revisões em partes vitais das plantadoras, como distribuidores de sementes e unidades semeadoras.

Financiamento para Inovação

Em 2024 a Companhia estruturou e protocolou na FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, um projeto para financiamento de 4 novos produtos, num montante de R\$ 42 milhões. O projeto foi aprovado e já contratado, a primeira tranche foi creditada em janeiro de 2025. Este projeto representa um importante passo para reforçar a estratégia de inovação da empresa com aporte de recursos de financiamento de longo prazo e taxas de juros atrativas.

Remodelagem dos Canais de Vendas

O projeto estratégico de remodelagem e desenvolvimento dos canais de vendas segue sendo um dos principais projetos da Companhia, buscando fortalecer as parcerias comerciais e tornar os parceiros mais alinhados com a nossa estratégia de foco em plantio, bem como aumentar a relevância da Jumil para os parceiros, visando o crescimento das vendas de máquinas, peças e serviços. Encerramos 2024 com 13 revendas já adequadas ao novo e mais de 30 em processo de prospecção. Em 2025 a meta é chegar a 25 revendas operando no novo modelo.

Comissão ESG

Em 2024, seguimos firmes com nosso compromisso com a sustentabilidade. Mantivemos e fortalecemos iniciativas voltadas à redução do consumo e do desperdício de água e energia elétrica, adotando soluções mais eficientes e conscientes em nossos processos. Também evoluímos no controle e na diminuição da geração de resíduos sólidos, reforçando nossa responsabilidade ambiental.

Perspectivas

No fechamento deste relatório a Conab estima que a safra 2024/25 alcançará mais de 322 milhões de toneladas, crescimento 24 milhões de toneladas ou 8,2% em relação à safra anterior. Destaques para a soja, com crescimento estimado em 18,6 milhões de toneladas (12,6%), o milho, com crescimento de 3,9 milhões de toneladas (3,3%) e o arroz, com crescimento de 1,4 milhões de toneladas (13,2%). As lavouras apresentam bom desenvolvimento na maior parte do país, mas algumas regiões do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul registram falta de chuva e podem ter perdas de produção. Paraguai e Argentina também podem apresentar perdas localizadas, mas a tendência é que ambos ainda terão uma boa safra, com produção de soja próxima a 10 milhões de toneladas e 50 milhões de toneladas, respectivamente. Já nos EUA espera-se uma redução da área plantada de soja. Esse aumento na oferta de soja deve manter os estoques finais globais em patamares elevados, mantendo os preços na Bolsa de Chicago próximos ou até abaixo da média histórica e pressionando a rentabilidade dos produtores.

Do ponto de vista do investimento em máquinas e implementos, o ano de 2025 deverá ser de estabilidade ou leve alta, pois embora deva haver uma recuperação da renda dos produtores pelo aumento da produção, o novo ciclo de alta na taxa básica de juros (Selic) iniciado em setembro de 2024, a escassez de crédito a juros controlados e o aumento da percepção de risco das instituições financeiras em relação ao Agronegócio poderão desestimular ou dificultar os investimentos. Apesar do cenário ainda desafiador, a Abimaq estima para 2025 um crescimento de 8% nas vendas de máquinas e implementos, totalizando R\$ 64 bilhões.

Considerando os riscos desse cenário conjuntural, em 2025 a Companhia trabalhará com um orçamento conservador, buscando manter o seu *market share* e preservar sua estrutura de capital. No âmbito estratégico, seguem os projetos de ampliação das exportações, fortalecimento das parcerias comerciais, inovação e crescimento das vendas de peças, serviços e fundidos.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da

JUMIL – Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Batatais -São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da JUMIL – Justino de Moraes, Irmãos S.A. “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JUMIL – Justino de Moraes, Irmãos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da receita dos produtos vendidos – Satisfação de obrigação de *performance*

Veja as Notas explicativas nº 6.b e 25 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em virtude da diversificação da carteira de clientes da Companhia e a necessidade de que as receitas de vendas sejam reconhecidas, dentre outros requerimentos descritos na nota explicativa nº 6.b, a partir do momento em que a Companhia efetua a transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias e que envolvem relevante controle logístico implementado pela Companhia para monitoramento das entregas de mercadorias que incluem a obtenção de evidências quanto aos respectivos aceites pelos clientes, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria tendo em vista que, são realizadas vendas de valores expressivo e, em decorrência da logística de entrega, pode haver um intervalo de tempo entre o período de emissão das notas fiscais de vendas e a efetiva transferência dos riscos e benefícios.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Teste documental de amostra representativa de notas fiscais e comprovantes de entrega, a fim de corroborar a aderência do relatório que demonstra as notas fiscais faturadas e não entregues no período. Tal relatório é base para o cálculo de estorno da receita;- Recálculo dos valores dos ajustes efetuados pela Companhia para estornar as receitas de vendas faturadas e não entregues no período contábil adequado;- Testes extensivos de comprovação da satisfação de obrigação de <i>performance</i> de vendas, e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva entrega ocorridas durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; e- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos o valor contabilizado de receita como aceitável, no contexto das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 28 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	8	10.195	4.236	Fornecedores	17	17.793	14.477
Contas a receber de clientes	10	100.858	105.729	Empréstimos e financiamentos	18.a	58.582	57.498
Estoques	11	66.888	65.711	Debêntures	18.b	6.543	10.835
Adiantamentos a fornecedores		5.045	2.779	Salários e encargos sociais	19	6.540	6.866
Tributos a recuperar	12	3.762	3.661	Comissões a pagar		5.385	5.991
Instrumentos financeiros derivativos	31	2.592	-	Tributos a recolher		890	930
Ativos fiscais correntes	23.a	443	5.510	Parcelamentos e contribuições	19 (a)	8.146	6.517
Demais contas a receber		<u>2.560</u>	<u>2.370</u>	Adiantamentos de clientes	20	2.079	1.200
Total do ativo circulante		<u>192.343</u>	<u>189.996</u>	Provisões para garantias		3.256	1.392
Não circulante				Total do passivo circulante			
Realizável a longo prazo						<u>119.182</u>	<u>118.386</u>
Títulos e valores mobiliários	9	588	533	Não circulante			
Tributos a recuperar	12	7.712	13.302	Empréstimos e financiamentos	18.a	59.658	11.587
Empréstimos com partes relacionadas	13	10.011	6.992	Debêntures	18.b	20.652	28.660
Tributos diferidos	23.c	22.184	12.936	Provisões para contingências	22	2.938	3.152
Depósito Judiciais	22	1.921	2.191	Provisão para perda com investimentos	14	1.508	1.479
Demais contas a receber	13	<u>1.547</u>	<u>2.337</u>	Parcelamentos e contribuições	19 (a)	12.445	19.653
Total do realizável a longo prazo		<u>43.963</u>	<u>38.291</u>	Outras contas a pagar	21	<u>1.622</u>	<u>1.984</u>
Total do ativo não circulante				Total do passivo não circulante			
		<u>117.085</u>	<u>110.262</u>			<u>98.823</u>	<u>66.515</u>
Investimentos	14	13	75	Patrimônio líquido			
Outros investimentos		523	368	Capital Social	24	100.000	36.200
Imobilizado	15	68.239	65.964	Reserva legal		-	5.058
Intangível	16	<u>4.347</u>	<u>5.564</u>	Ajuste de avaliação patrimonial		1.933	2.028
Total do ativo não circulante		<u>117.085</u>	<u>110.262</u>	Reservas de lucros		-	72.071
				Prejuízos acumulados		<u>(10.510)</u>	<u>-</u>
Total do ativo				Total do patrimônio líquido			
		<u>309.428</u>	<u>300.258</u>			<u>91.423</u>	<u>115.357</u>
Total do ativo				Total do passivo			
		<u>309.428</u>	<u>300.258</u>			<u>218.005</u>	<u>184.901</u>
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido			
		<u>309.428</u>	<u>300.258</u>			<u>309.428</u>	<u>300.258</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

12

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.**Demonstrações de resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receitas líquidas de vendas e serviços prestados	25	282.387	412.794
Custo das vendas e serviços	26	<u>(198.460)</u>	<u>(257.755)</u>
Lucro bruto		83.927	155.039
Despesas gerais e administrativas	27	(34.188)	(34.609)
Despesas com vendas	27	(57.116)	(57.738)
Outras receitas operacionais, líquidas	28	<u>1.221</u>	<u>1.645</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(6.156)</u>	<u>64.337</u>
Receitas financeiras	29	11.357	7.539
Despesas financeiras	30	<u>(38.293)</u>	<u>(29.568)</u>
Resultado financeiro		<u>(26.936)</u>	<u>(22.029)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	14	<u>(91)</u>	<u>22</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(33.183)</u>	<u>42.330</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	-	(1.627)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	<u>9.249</u>	<u>(226)</u>
		<u>9.249</u>	<u>(1.853)</u>
Resultado do exercício		<u><u>(23.934)</u></u>	<u><u>40.477</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Resultado do exercício	(23.934)	40.477
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(23.934)	40.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022		<u>36.194</u>	<u>3.029</u>	<u>6</u>	<u>2.123</u>	<u>43.164</u>	<u>-</u>	<u>84.516</u>
Realização da reserva de reavaliação	24 c)	-	-	-	(95)	-	95	-
Juros sobre o capital próprio	24 b)	-	-	-	-	-	(5.811)	(5.811)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	40.477	40.477
Venda de Ações em Tesouraria		6	-	(6)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	24 b)	-	2.029	-	-	-	(2.029)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	24 c)	-	-	-	-	-	(3.825)	(3.825)
Constituição reservas de lucros		-	-	-	-	28.907	(28.907)	-
Em 31 de dezembro de 2023		<u>36.200</u>	<u>5.058</u>	<u>-</u>	<u>2.028</u>	<u>72.071</u>	<u>-</u>	<u>115.357</u>
Aumento de capital conforme AGO datada de 14 de maio de 2024	24 a)	63.800	-	-	-	(63.800)	-	-
Realização da reserva de reavaliação	24 c)	-	-	-	(95)	-	95	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	(23.934)	(23.934)
Absorção de prejuízos		-	(5.058)	-	-	(8.271)	13.329	-
Em 31 de dezembro de 2024		<u>100.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.933</u>	<u>-</u>	<u>(10.510)</u>	<u>91.423</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais			
Resultado do exercício		(23.934)	40.477
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	15/16	7.304	6.947
Provisões para perdas esperadas de crédito	10	2.491	1.422
Provisão de juros fornecedores em atraso	17	(9)	74
Ajuste a valor presente	10	1.715	2.001
Provisão receitas não realizadas	10	1.948	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	23	(9.249)	1.853
Constituição de provisão para garantias		1.864	(564)
Constituição de provisão para contingências	22	(215)	2.109
Provisão (reversão) para perdas em estoques	11	353	904
Provisão de receita não realizada - cut off	11	(890)	-
Provisão de faturamento antecipado de receita não realizada		226	-
Resultado de equivalência patrimonial		91	(22)
Resultado na venda de imobilizado	15	(224)	(247)
Instrumentos financeiros derivativos		(2.592)	-
Juros apropriados - Empréstimos e Financiamentos	18.a	15.494	9.637
Juros apropriados - Debêntures	18.b	4.534	7.082
		(1.094)	71.673
Variações no capital circulante:			
Contas a receber de clientes	10	(1.034)	(37.332)
Estoques	11	(640)	(6.798)
Adiantamento a fornecedores		(2.266)	2.265
Tributos a recuperar	12	10.556	6.365
Outros recebíveis		870	(1.224)
Fornecedores	17	3.076	5.566
Salários, encargos sociais e parcelamentos de encargos sociais	19	(5.905)	(8.950)
Adiantamento de clientes	20	654	(3.941)
Outras obrigações		309	(11.507)
		4.526	16.117
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(12.734)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	18.a	(7.106)	(8.422)
Juros pagos sobre debêntures	18.b	(4.825)	(7.464)
		(7.405)	(12.503)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado	15	(8.347)	(12.056)
Aquisições de ativo intangível	16	(239)	(2.213)
Recebimento (aplicação) de títulos e valores mobiliários	9	(55)	(56)
Aumento de outros investimentos		27	(73)
Recebimento pela venda de imobilizado		268	329
Empréstimos parte relacionadas	18	(3.019)	4.089
		(11.365)	(9.980)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Obtenção de empréstimos	18.a	85.598	72.033
Pagamento de empréstimos	18.a	(44.940)	(49.055)
Pagamento de debêntures	18.b	(12.009)	(10.007)
Pagamento de empréstimos de partes relacionadas	18.a	109	(18)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(4.029)	(13.661)
		24.729	(708)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos			
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		5.959	(23.191)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	4.236	27.427
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	10.195	4.236
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		5.959	(23.191)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

16

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Jumil – Justino de Moraes, Irmãos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Moacyr Dias de Moraes, nº 1043, bairro Riachuelo, na cidade de Batatais - SP, constituída em 1936, que tem como objetivo fornecer equipamentos agrícolas de plantio, peças de reposição, serviços de assistência técnica correlacionados e fundidos de metais ferrosos. A Companhia é genuinamente brasileira e figura como uma das principais fabricantes de equipamentos agrícolas do país.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão da demonstração financeira referente ao ano de 2025 foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente:

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa nº 11** - mensuração da provisão para perdas em estoque;

17

- **Nota explicativa nº 15 e 16** - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa nº 22** - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 23** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros.

b. Mudanças nas principais políticas contábeis

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26)

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade da Companhia. Anteriormente, a Companhia ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade da Companhia. A Companhia leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. Os outros passivos da Companhia não foram impactados pelas alterações.

Apesar da mudança na política, não há impacto retrospectivo nas demonstrações comparativas, pois a Companhia não tinha notas conversíveis em aberto em 31 de dezembro de 2024.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira.

a. Moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita operacional

(i) *Venda de bens – equipamentos agrícolas e peças fundidas para terceiros*

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A Companhia determinou que, para o equipamento produzido sob encomenda, o cliente controla todos os trabalhos em andamento à medida que os produtos são fabricados. Isso ocorre porque, de acordo com esses contratos, os equipamentos são feitos de acordo com as especificações do cliente e, se um contrato for rescindido pelo cliente, a Companhia terá direito ao reembolso dos custos incorridos até a data, incluindo uma margem razoável. As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais.

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que há o faturamento de produtos conforme pedidos devidamente aprovados pela diretoria comercial, transmitidos pelos clientes, distribuidores e representantes.

(ii) *Venda de bens – peças de reposição e acessórios*

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no pedido com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

Tendo em vista o volume e pulverização das suas vendas e a relevância do respectivo valor registrado em suas demonstrações financeiras, a Companhia ao final do ano controla a confirmação da entrega dos produtos para o registro contábil dessas receitas no correto período de competência. A determinação do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, requer da Administração da Companhia uma análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência

convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

c. **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Descontos concedidos e descontos obtidos;
- Variações cambiais ativas e passivas;
- Tarifas bancárias;
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; e
- Juros e atualizações sobre outros ativos e passivos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido***

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos, de acordo com o CPC 32 “Tributos Diferidos” o passivo diferido será reconhecido quando for provável a liquidação do valor contábil do ativo que tornará futuros pagamentos de tributos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Investimentos

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado nas vidas úteis dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis dos itens de imobilizado, para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Edifícios e benfeitorias	10 a 60
Máquinas, equipamentos e ferramentas	5 a 60
Instalações industriais	5 a 60
Veículos e equipamentos de transporte	10 a 25
Móveis e utensílios	5 a 60
Processamento de dados	5 a 15

h. Ativos intangíveis

Reconhecimento e Mensuração

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

A partir de janeiro de 2014 a Companhia passou a capitalizar os custos com novos projetos para desenvolvimento e inovação (PD&I). Esses projetos são capitalizados pelos gastos despendidos na fase de desenvolvimento do produto. Os custos dos projetos são amortizados durante a vida útil de geração de benefício futuro do projeto, analisado pelo departamento de engenharia. Caso ocorra a descontinuidade do projeto, os gastos capitalizados são integralmente baixados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	5 a 15 anos
Desenvolvimento e inovação	10 anos

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Companhia pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No

reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Capital social

(i) Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido.

Nos termos do estatuto social as ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, serão atribuídas as seguintes vantagens: i) prioridade na distribuição do dividendo, fixo ou mínimo, de 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e ii) em prioridade no reembolso do capital; com prêmio ou sem ele.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são calculadas por uma taxa média, dos valores recebidos de acordo com a idade dos títulos dos últimos 5 anos.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação”

quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de, após cobranças amigáveis sem êxito enviar os títulos para cobrança externa e baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro for considerado incobrável e esgotarem todas as possibilidades de recebimento. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

I. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa

27

antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

n. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, os empréstimos e financiamentos são apresentados como passivo não circulante.

o. Resultado abrangente

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia não realizou operações qualificáveis para apresentação das demonstrações do resultado abrangente, porém a Companhia está apresentando a referida demonstração.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis (substituição do CPC 26)

Ocorrerá a substituição do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre

28

como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixas e bancos	3.415	2.399
Certificados de Depósito Bancário – CDB	6.780	1.837
	<u>10.195</u>	<u>4.236</u>

Os montantes aplicados em CDB que possuem liquidez abaixo de 90 dias e sem risco de alteração significativa de mudança de valor e são remunerados a uma taxa média próxima ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário de aproximadamente 100% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 31.

9 Títulos e valores mobiliários

	2024	2023
Aplicação financeira	<u>588</u>	<u>533</u>

Os títulos de capitalização são remunerados a uma taxa média próxima ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário de aproximadamente 100% do CDI.

As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentadas na nota explicativa nº 31.

10 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Contas a receber de clientes mercado interno	94.511	91.656
Contas a receber de clientes mercado externo	13.348	16.635
Provisão de receita não realizada	(1.948)	-
Provisões para perdas esperadas de crédito	(5.053)	(2.562)
	<u>100.858</u>	<u>105.729</u>

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia efetuou uma perda de recebimento de créditos incobráveis no valor de R\$ 10 (R\$108 em 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia efetuou o cálculo do ajuste a valor presente no valor de R\$ 2.636 (R\$ 2.798 em 2023) sobre os saldos a vencer de contas a receber, considerando a taxa de desconto que representa o custo de capital.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia efetuou o cálculo de satisfação de obrigação de *performance* e provisionou o valor de R\$ 1.948 sobre o faturamento (*cut off*).

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e provisões para perdas esperadas de crédito relacionados a contas a receber de clientes, a outras contas e instrumentos derivativos, são divulgadas na nota explicativa nº 31.

11 Estoques

	2024	2023
Produtos acabados	18.984	18.771
Produtos em elaboração	18.592	18.516
Materiais diretos de fabricação	29.893	29.832
Materiais indiretos de fabricação	1.168	926
Embalagens e outros	171	134
Provisão de receita não realizada (ii)	901	-
Provisão para perdas em estoques (i)	<u>(2.821)</u>	<u>(2.468)</u>
	<u>66.888</u>	<u>65.711</u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

- (i) A provisão para perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações financeiras.
- (ii) A provisão de receita não realizada (*cut off*) foi constituída de produtos não entregues em 31 de dezembro de 2024

A movimentação da provisão de perdas é como segue:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	(2.468)	(1.564)
Adições	(1.363)	(1.152)
Reversões	<u>1.010</u>	<u>248</u>
Saldo final do exercício	<u>(2.821)</u>	<u>(2.468)</u>

12 Tributos a recuperar

	2024	2023
ICMS sobre compras de insumos (i)	9.334	14.669
IPI sobre compras (ii)	899	1.090
ICMS sobre compras de imobilizado	864	1.027
PIS e COFINS a recuperar	26	-
Outros impostos a recuperar	<u>351</u>	<u>177</u>
	11.474	16.963
No ativo circulante	<u>(3.762)</u>	<u>(3.661)</u>
No ativo não circulante	<u>7.712</u>	<u>13.302</u>

- (i) Referem-se a créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, apurados em aquisições de insumos para produção e acumulados face à desoneração das vendas de máquinas e implementos agrícolas. A Companhia poderá compensar esses créditos ou ressarcí-los mediante o enquadramento aos requisitos da portaria CAT 83/2009 da Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo. Em agosto de 2019, a Companhia se enquadrou aos requisitos exigidos pela referida portaria e, de acordo com as expectativas da própria administração, nenhuma provisão se faz necessária. Deste montante, temos alguns arquivos referentes ao período de Outubro/2017 a Dezembro/2020 elaborados na sistemática de custeio (nos termos da Portaria CAT 83/2009), que estão em análise na SEFAZ/SP e que totalizam cerca de R\$ 5,1 milhões. A elaboração e a entrega dos arquivos digitais, conforme a Portaria CAT 83/2009, estão em andamento e o restante aproximado de R\$ 4,2 milhões serão compensados ou ressarcidos no decorrer da entrega dos arquivos digitais, referentes ao período janeiro/2021 em diante.
- (ii) A Companhia efetua pedidos de ressarcimento dos saldos de IPI trimestralmente. Em 2024, já foram efetuados pedidos de Ressarcimento de IPI em janeiro, abril, julho e outubro, esses pedidos estão sendo compensados com outros tributos federais.

a. Recuperação de Impostos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou a recuperação de créditos de impostos indiretos no montante de R\$ 5.489 ocasionando uma importante redução da necessidade de capital de giro, com conseqüente elevação do fluxo de caixa operacional.

13 Partes relacionadas

Controlador final

Os controladores finais são o, Fabricio Rosa de Moraes com 22,00%, FRM e Filhos Participações LTDA com 22,48% e Patrícia R. M. Crivelenti com 44,49% de participação.

Operação com pessoal chave da Administração

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração paga ao pessoal chave da administração, que inclui salários e encargos da diretoria, foi de R\$ 1.830 (R\$ 1.670 em 2023).

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com Companhias controladas:

Ativo não circulante	2024	2023
Fabrcio Rosa de Moraes (i)	10.011	5.730
Fabrcio Rosa Moraes e Patrícia Rosa Moraes Crivelenti (ii)	-	1.262
	10.011	6.992
Passivo não circulante (Nota explicativa nº18)	2024	2023
José Carlos Rodrigues	1.509	1.437
Patrícia Rosa Moraes Crivelente	771	734
	2.280	2.171

- (i) Refere-se a mútuos financeiros corrigidos pela TR - taxa referencial, com vencimento em 31 de dezembro de 2029.
- Refere-se a mútuos financeiros passivo, sem incidência de juros, com vencimento em 31 de dezembro de 2025.

Jumil Transportes e Comércio Ltda.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava saldo a receber da Jumil Transportes e Comércio Ltda. de R\$ 1.547 (R\$ 2.337 em 2023), contabilizados na rubrica de demais contas a receber.

14 Investimentos e provisão para perda com investimentos

a. Informações sobre investimentos

	Quantidade de ações possuídas	Percentual de participação direta	Ativo circulante	Ativo Não circulante	Total de ativos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total de passivos	Patrimônio líquido	Total de receitas	Total de despesas	Prejuízo do exercício
Em 31 de dezembro de 2024												
Jumil Transporte e Comércio Ltda. (i)	343.483	99,91	411	40	451	1.717	-	1.688	(1.266)	764	(793)	(29)
Jumil México Impl.Agrícolas, S De R.L. De CV (ii)	2.850	95,00	882	4	885	873	-	873	13	(62)	-	(62)
Em 31 de dezembro de 2023												
Jumil Transporte e Comércio Ltda. (i)	343.483	99,91	1.221	27	1.248	2.485	-	2.485	(1.237)	938	(921)	17
Jumil México Impl.Agrícolas, S De R.L. De CV (ii)	2.850	95,00	106	5	111	36	-	36	75	5	-	5

b. Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Resultado de equivalência patrimonial	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Jumil Transporte e Comércio Ltda.(i)	(1.479)	(29)	(1.508)
Jumil México Impl.Agrícolas, S De R.L. De CV(ii)	75	(62)	13
	<u>(1.404)</u>	<u>(91)</u>	<u>(1.495)</u>
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Jumil Transporte e Comércio Ltda.(i)	(1.496)	17	(1.479)
Jumil México Impl.Agrícolas, S De R.L. De CV(ii)	70	5	75
	<u>(1.426)</u>	<u>22</u>	<u>(1.404)</u>

A controlada Jumil Transporte e Comércio Ltda. foi fundada em 1980, e presta serviços de transportes exclusivamente para a JUMIL - Justino de Morais, Irmãos S.A. Com relação ao investimento na controlada Jumil México Impl. Agrícolas, S De R. L. De CV, a Diretoria voltou as suas atividades em 2024.

15 Imobilizado

	Terrenos	Obras em andamento	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos ferramentas	Instalações industriais	Veículos e equipamentos de transporte	Móveis e utensílios	Processamento de dados	Equipamentos em Montagem	Total
Em 31 de dezembro de 2022										
Custo total	1.517	172	45.454	50.322	3.549	3.704	11.387	2.763	945	119.813
Depreciação acumulada	-	-	(15.732)	(30.329)	(2.387)	(2.813)	(7.160)	(2.426)	-	(60.846)
Saldo contábil, líquido	1.517	172	29.722	19.993	1.162	891	4.227	337	945	58.967
Em 1º de janeiro de 2023	1.517	172	29.722	19.993	1.162	891	4.227	337	945	58.967
Aquisições	-	1.292	28	6.283	234	581	2.918	356	364	12.056
Alienações/Baixas	-	-	-	(57)	-	(300)	(11)	(16)	(3)	(387)
Transferência	-	(1.173)	1.173	808	-	-	-	-	(808)	-
Baixa da depreciação	-	-	-	54	-	281	11	11	-	356
Depreciação no exercício	-	-	(832)	(2.679)	(246)	(235)	(923)	(113)	-	(5.028)
Saldo contábil, líquido	1.517	291	30.091	24.402	1.150	1.218	6.222	575	498	65.964
Em 31 de dezembro de 2023										
Custo total	1.517	291	46.655	57.356	3.783	3.985	14.294	3.103	498	131.482
Depreciação acumulada	-	-	(16.564)	(32.954)	(2.633)	(2.767)	(8.072)	(2.528)	-	(65.518)
Saldo contábil, líquido	1.517	291	30.091	24.402	1.150	1.218	6.222	575	498	65.964
Em 1º de janeiro de 2024	1.517	291	30.091	24.402	1.150	1.218	6.222	575	498	65.964
Aquisições	-	73	-	5.085	8	849	1.396	936	-	8.347
Alienações/Baixas	-	-	-	(9)	-	(440)	(40)	(140)	-	(629)
Transferência	-	-	-	498	-	-	-	-	(498)	-
Baixa da depreciação	-	-	-	-	-	256	36	113	-	405
Depreciação no exercício	-	-	(850)	(3.222)	(210)	(254)	(1.086)	(226)	-	(5.848)
Saldo contábil, líquido	1.517	364	29.241	26.754	948	1.629	6.528	1.258	-	68.239
Em 31 de dezembro de 2024										
Custo total	1.517	364	46.655	62.930	3.791	4.394	15.650	3.899	-	139.200
Depreciação acumulada	-	-	(17.414)	(36.176)	(2.843)	(2.765)	(9.122)	(2.641)	-	(70.961)
Saldo contábil, líquido	1.517	364	29.241	26.754	948	1.629	6.528	1.258	-	68.239

Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 25.000 (R\$ 31.343 em 31 de dezembro de 2023) dos ativos, estoques e imobilizado da Companhia corresponde a máquinas e equipamentos e edificações que foram dados em garantia em operações de financiamentos bancários junto às instituições financeiras.

16 Intangível

	<i>Software</i>	Desenvolvimento e inovação	Total
Em 31 de dezembro de 2022			
Custo total	6.989	9.028	16.017
Amortização acumulada	<u>(5.215)</u>	<u>(5.523)</u>	<u>(10.738)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>1.773</u>	<u>3.505</u>	<u>5.279</u>
Em 1º de janeiro de 2023			
Adições	1.773	3.505	5.279
Alienação Baixa	2.213	-	2.213
Baixa Amortização	(3.306)	(2.091)	(5.397)
Amortização	3.297	2.091	5.388
	<u>(991)</u>	<u>(928)</u>	<u>(1.919)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>2.986</u>	<u>2.578</u>	<u>5.564</u>
Em 31 de dezembro de 2023			
Custo total	5.895	6.937	12.832
Amortização acumulada	<u>(2.909)</u>	<u>(4.359)</u>	<u>(7.268)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>2.986</u>	<u>2.578</u>	<u>5.564</u>
Em 1º de janeiro de 2024			
Adições	2.986	2.578	5.564
Alienação Baixa	239	-	239
Baixa Amortização	(1.209)	-	(1.209)
Amortização	1.209	-	1.209
	<u>(782)</u>	<u>(674)</u>	<u>(1.456)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>2.443</u>	<u>1.904</u>	<u>4.347</u>
Em 31 de dezembro de 2024			
Custo total	4.924	6.937	11.861
Amortização acumulada	<u>(2.482)</u>	<u>(5.032)</u>	<u>(7.514)</u>
Saldo contábil, líquido	<u>2.442</u>	<u>1.905</u>	<u>4.347</u>

Perda (“impairment”) do ativo intangível

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis poderiam estar acima do valor recuperável.

Os principais projetos concluídos em 2024 foram:

- i) Plantadora Transportável CCS 19 a 33 linhas EXPRESSA; 2) Plantadora Aduadora Transportável CCS 15 a 33 linhas TERRA T320 ; 3) Plantadora Aduadora Intercalar/SS ANTECIPE 05 linhas 900 mm; 4) Plantadora Aduadora para exportação 04 a 08 linhas arrasto GLOBAL; 5) Controlador de taxa fixa de adubo e sementes por motores elétricos EASYTECH ELECTRIC,

34

expansão para até 36 linhas e unidade geradora de energia; 6) Plantadora Adubadora JM 3090/80 SUPERA; 7) Carreta Distrib. Fertilizantes PRECISA 8M3; 8) Plantadora Adubadora Agilize 11 a 15L com transporte e articulação central; 9) Controlador Expressa (eletrônico); 10) Plantadora Terra 51L CCS; 11) Plantadora/Semeadora Adubadora Regenera; 12) Distribuidor de Sementes Exacta; 13) Plantadora Adubadora Transportável CCS 41L EXPRESSA.

17 Fornecedores

	2024	2023
Matéria-prima	11.146	8.299
Serviços	5.465	5.070
Energia elétrica	62	3
Materiais uso e consumo	156	156
Transporte	277	427
Manutenção	520	364
Aquisição de materiais para obras em andamento	11	11
Provisão de juros fornecedores em atraso	156	147
	<u>17.793</u>	<u>14.477</u>

18 Empréstimos e financiamentos e Debêntures

18.a Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A nota explicativa nº 31 divulga informações adicionais em relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, moeda e liquidez e instrumentos financeiros derivativos.

Modalidade	Taxa	2024	2023
Capital de giro	2,80% a 3,00% a.a + CDI	80.166	24.006
Capital Fixo	3,59% a 3,79% a.a	1.307	1.277
Capital Fixo - Pré	2,92% a 3,50% a.a	102	1.310
FINAME	2,50% a 9,50% a.a	-	19
ACC/PPE - Moeda estrangeira	7,90% a 8,50% a.a + variação cambial	34.385	40.302
Empréstimos partes relacionadas (Nota explicativa nº13)	TR	2.280	2.171

118.240 69.085

No passivo circulante (58.582) (57.498)

No passivo não circulante 59.658 11.587

Os empréstimos e financiamentos possuem o seguinte cronograma de vencimentos:

	2024	2023
Até doze meses	58.582	57.498
Um a três anos	52.950	11.293
Quatro a cinco anos	6.708	294
	<u>118.240</u>	<u>69.085</u>

As operações referentes ao FINAME são garantidas pela alienação fiduciária dos bens financiados e as demais operações são garantidas por aval dos acionistas, penhor mercantil e duplicadas a receber.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Companhia aproxima-se do seu valor justo.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de empréstimos e financiamentos:

	Empréstimos e financiamentos	
	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	69.085	44.910
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento de empréstimos	(44.940)	(49.055)
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	109	(18)
Captação de empréstimos	85.598	72.033
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	40.767	22.960
Outras variações		
Provisão de juros	15.494	9.637
Pagamento de juros empréstimos	(7.106)	(8.422)
Total de outras variações	8.388	1.215
Saldo em 31 de dezembro	118.240	69.085

18.b Debêntures

Modalidade	Taxa	2024	2023
Debêntures	3,55% a.a. + CDI	27.195	39.495
No passivo circulante		(6.543)	(10.835)
No passivo não circulante		20.652	28.660

As debêntures possuem o seguinte cronograma de vencimentos:

Até doze meses	6.543	10.835
Dois a três anos	20.652	28.660
	27.195	39.495

Em abril de 2015, a Companhia efetuou a primeira emissão de debêntures simples, nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei das S/A. As referidas debêntures não são conversíveis em ações e são da espécie com garantia fidejussória adicional, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009. Foram emitidas 100 (cem) debêntures, divididas em duas séries, sendo 60 (sessenta) debêntures da primeira série e 40 (quarenta) da segunda série. O valor total da emissão de R\$ 100.000 tem seu vencimento final em 07 de maio de 2021. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas. A referida emissão se destinou à gestão ordinária dos negócios da Companhia, notadamente para o pagamento da dívida existente de curto prazo, incluindo o pagamento antecipado dos contratos financeiros existentes de capital de giro.

No entanto, o saldo devedor de R\$ 27.195 foi negociado um alongamento, em mais cinco anos, até 08 de novembro de 2026, com pagamentos trimestrais, lineares de principal e juros. O total das garantias, considerado a reavaliação do imóvel particular rural hipotecado, aproxima-se de R\$ 100.000.

No período de 2024, foram pagos principal e juros no montante de R\$ 16.835 (R\$ 17.471 em 2023) restando um saldo em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 27.195 (R\$ 39.495 em 2023).

Covenants

A Companhia possui algumas obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira previamente definidos em contrato, anualmente em 31 de dezembro: Dívida Líquida/Ebitda, Endividamento bruto e índice de liquidez corrente. Como a Companhia não cumpriu algumas obrigações relacionadas a manutenção de certos indicadores, renegociou as condições determinadas em contrato (*waiver*) antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras. A Companhia espera cumprir os *covenants* dentro de 12 meses após a data do relatório e caso não cumpra o vencimento da dívida é antecipada.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de empréstimos e financiamentos:

	Debêntures	
	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	39.495	49.884
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento de debêntures	(12.009)	(10.007)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(12.009)	(10.007)
Outras variações		
Provisão de Juros debêntures	4.534	7.082
Pagamento de juros debêntures	(4.825)	(7.464)
Total de outras variações	(291)	(382)
Saldo em 31 de dezembro	27.195	39.495

19 Salários e encargos sociais

	2024	2023
Salários e encargos sociais a pagar	3.365	3.091
Provisão de férias e encargos sobre férias	3.175	3.775
	6.540	6.866

O saldo em 31 de dezembro de 2024 de salários e encargos sociais a pagar, compreende substancialmente de salários e ordenados a funcionários e as contribuições ordinárias de INSS e FGTS do mês corrente.

(a) Parcelamentos e contribuições

Estes impostos estão sendo corrigidos de acordo com a legislação vigente.

	2024	2023
Parcelamento INSS (a)	85	79
Parcelamento FGTS (a)	3.793	4.563
Parcelamento IRPJ e CSLL (a)	16.713	21.528
Parcelamentos de Contribuições	<u>20.591</u>	<u>26.170</u>
No passivo circulante	8.146	6.517
No passivo não circulante	<u>12.445</u>	<u>19.653</u>

20 Adiantamentos de clientes

O saldo de adiantamentos de clientes no montante total de R\$ 2.079 (R\$ 1.200 em 2023) está composto, predominantemente de adiantamentos no montante de R\$ 766 (R\$ 218 em 2023), de parcelas antecipadas por conta de produtos a serem faturados no prazo de até 60 (sessenta) dias.

21 Outras contas a pagar

	2024	2023
Faturamento antecipado para entrega futura	2.410	218
Rescisão de Acionistas	2.101	2.461
Provisões diversas (i)	1.131	1.872
Cabemil	95	151
Rescisão contratual de representante comercial autônomo	11	33
Compra de ações a pagar	-	50
Serviços contratados	33	36
Outros	708	713
	<u>6.489</u>	<u>5.534</u>
No passivo circulante	<u>(4.867)</u>	<u>(3.550)</u>
No passivo não circulante	<u>1.622</u>	<u>1.984</u>

(i) Referem-se, substancialmente, a provisão para participação nos lucros da diretoria e dos funcionários referente a exercícios anteriores e outros indicadores de *performance* que não exclusivamente lucros.

22 Provisão para contingências

	2024	2023
Em 1º. de janeiro	3.152	1.043
Estorno de provisão no exercício	(406)	(582)
Adição de provisão no exercício	191	2.691
Em 31 de dezembro	<u>2.937</u>	<u>3.152</u>

Na data das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava provisão decorrente de pagamentos de comissões de vendas a pessoas jurídicas prestadoras de serviços no valor de R\$ 1.065 (R\$ 956 em 2023).

As provisões para contingências referem-se, substancialmente, a processos de natureza trabalhista e cível no valor de R\$ 1.872 (R\$ 2.196 em 2023).

A Companhia tem ações de natureza tributária, trabalhista e cíveis que envolvem riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída no valor de R\$ 18 (R\$ 274 em 2023).

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de depósitos judiciais totalizava R\$ 1.921 (R\$ 2.191 em 31 de dezembro de 2023), referente a depósitos judiciais de natureza trabalhistas, civis e tributários.

23 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a. Ativos fiscais correntes

Abaixo estão demonstrados os saldos de ativos fiscais correntes antecipados na data base:

	2024	2023
IRPJ - Imposto de renda da pessoa Jurídica - Corrente	365	3.849
CSLL - Contribuição sobre o lucro líquido - Corrente	<u>78</u>	<u>1.661</u>
	<u><u>443</u></u>	<u><u>5.510</u></u>

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	16.211	12.993	-	-	5.380	433
Provisão para perda em estoque	959	839	-	-	120	307
Ajuste a valor presente	812	825	-	-	(13)	491
Perdas não realizadas em operações de derivativos	256	-	-	-	256	-
Provisão para contingências	999	1.072	-	-	(73)	717
Provisão para garantias	1.107	473	-	-	634	(192)
Provisões para comissões dos representantes comerciais	1.831	2.037	-	-	(206)	(1.032)
Provisão por redução ao valor recuperável de clientes	1.718	871	-	-	847	484
Variação cambial passiva a realizar	3.348	(31)	-	-	3.379	104
Provisão para pagamento P.L.R.	385	636	-	-	(251)	(781)
CPC 47 - Ajustes de Receita Bruta / Custos/Despesas	429	-	-	-	429	-
Outras	(125)	(299)	-	-	174	(6)
Ganhos não realizados em operações de derivativos	-	-	(1.138)	-	(1.138)	-
Reserva de reavaliação de imobilizado	-	-	(996)	(1.045)	49	49
Depreciação - diferença entre a depreciação contábeis e fiscal	-	-	(3.611)	(3.274)	(337)	(800)
	<u>27.928</u>	<u>19.416</u>	<u>(5.744)</u>	<u>(4.319)</u>	<u>9.249</u>	<u>(226)</u>
(*) Compensação	<u>(5.744)</u>	<u>(6.480)</u>	<u>5.744</u>	<u>4.319</u>		
Líquido	<u>22.184</u>	<u>12.936</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária

Os ativos diferidos de imposto de renda decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

c. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação da despesa calculada pelas alíquotas combinadas da despesa do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.183)	42.330
Adições (exclusões) permanentes, líquidas (i)	5.980	(36.880)
	<u>(27.203)</u>	<u>5.450</u>
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota efetiva	9.249	(1.853)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>9.249</u>	<u>(1.853)</u>
Taxa efetiva	28%	4%
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - Corrente	-	(1.627)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - Diferido	<u>9.249</u>	<u>(226)</u>

(i) Natureza da exclusão conforme materialidade do Saldo

Adições/Exclusões	2024	2023
Multas por infração à legislação fiscal	17	372
Contribuições não compulsórias	123	107
Brindes	154	50
Doações	70	98
Benefícios indiretos a administradores	25	23
Perdas por obsolescência e descontinuidade no estoque	5.304	2.795
Despesas não recorrentes	-	153
Resultado decorrente de invest. avaliados pela equiv. Patrimonial	91	(22)
Juros sobre Capital Próprio	-	(5.811)
Outras Adições	197	-
Ajuste Incentivo fiscal - pesquisas tecnológicas e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei 11.196/05, art. 19, § 1º) de 2022 com reflexo em 2023	-	(13.429)
(-) Incentivo fiscal - pesquisas tecnológicas e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei 11.196/05, art. 19, § 1º) de 2023	-	(21.216)
	<u>5.980</u>	<u>(36.880)</u>

Lei do Bem

No exercício de 2024, a Companhia não utilizou o benefício fiscal previsto na (Lei do Bem) devido à ocorrência de prejuízo fiscal no período, porém ano de 2023 a Companhia utilizou o benefício fiscal, a Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como “Lei do Bem”, em seu Capítulo III, regulamentado pelo Decreto n.º 5.798, de 7 de junho de 2006, criando benefícios fiscais à inovação tecnológica, dentre os quais destacam-se:

- dedução, na apuração do Imposto de Renda devido, dos dispêndios com P&D, inclusive aqueles com instituições de pesquisa, universidades ou inventores independentes; e
- exclusão, na determinação do lucro real para cálculo do IRPJ e da base de cálculo da CSLL, do valor correspondente a até 60% da soma dos dispêndios efetuados com P&D. Este percentual poderá atingir 80% em função do acréscimo de até 20% no número de empregados que forem contratados exclusivamente para atividades de P&D.

Segue abaixo o quadro de levantamento dos gastos com P&D gerados em 2024 e 2023:

Despesas com P&D				
	Mão de Obra	Serviços	Materiais	Total
2023	9.432	4.656	12.432	26.520
2024	-	-	-	-

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 100.000 (R\$ 36.200 em 2023), dividido em 921.613 ações ordinárias (idêntico em 2023) e 921.613 ações preferenciais (idêntico em 2023) todas nominativas e sem valor nominal no valor nominal de R\$ 19,6394 cada uma, conforme quadro abaixo:

2024				
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de ações	%
Total de ações	921.613	921.613	1.843.226	100,00%

Em 14 de maio de 2024, a Companhia aprovou a integralização capital no montante de R\$ 63.800, provenientes da “Reservas de lucros”, e seu capital subscrito passou de R\$ 36.200 para R\$ 100.000 sem a emissão de novas ações.

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos obrigatórios

Conforme determinado no Estatuto Social:

- Do montante do lucro líquido apurado ao final de cada exercício, 25% serão destinados aos acionistas (dividendo obrigatório) e constituição de reserva legal;
- Em Assembleia Geral Ordinária, os acionistas poderão deliberar, por unanimidade, pela distribuição de dividendos em porcentagem inferior a fixada ou mesmo deixar de distribuí-los; e
- No exercício de 2024 a Companhia não efetuou o pagamento de juros sobre o capital próprio (JCP) e nem dividendos mínimos obrigatórios, porém em 2023 foram pagos juros sobre o capital próprio – JCP, que

foi distribuído trimestralmente em 31 de março, 30 de junho e 22 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 5.811, que foi imputado totalmente ao valor do dividendo obrigatório.

	2024	2023
Resultado do exercício	(23.934)	40.477
Absorção de prejuízos acumulados de anos anteriores	-	-
Realização da reserva de reavaliação	95	95
Base de cálculo	<u>(23.839)</u>	<u>40.572</u>
Reserva legal – 5%	-	(2.029)
Base de cálculo – Dividendos	-	<u>38.544</u>
Dividendos mínimos obrigatórios – 25 %	-	9.636
(-) Juros sobre capital próprio já distribuídos	-	(5.811)
Dividendos mínimos obrigatórios a distribuir	-	3.825

d. Ajuste de avaliação patrimonial

Corresponde ao saldo da mais valia dos principais grupos de bens do ativo imobilizado (Nota explicativa nº 15). A referida “reserva” está registrada líquida dos efeitos tributários, e será realizada apenas por ocasião das depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens que receberam mais valia de custo atribuído, quando os montantes apurados da realização serão transferidos para lucros acumulados.

25 Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita de venda de máquinas e implementos	417.541	521.655
Receita de venda de peças de reposição e acessórios	18.820	28.312
Receita de serviços	755	1.553
Devoluções	(120.771)	(91.792)
PIS	(3.159)	(4.412)
COFINS	(15.086)	(21.066)
ICMS	(15.713)	(21.456)
	<u>282.387</u>	<u>412.794</u>

26 Custos das vendas e serviços

	2024	2023
Consumo de materiais	133.004	181.847
Custo com pessoal	30.922	36.789
Custo ociosidade produtiva com pessoal	9.395	11.059
Custos de depreciação de bens	4.632	4.632
Energia elétrica	3.532	4.022
Industrialização sobre encomenda (ISE)	3.255	3.623
Custo com manutenção	2.966	4.967
Serviços de terceiros	3.150	3.393
Aluguéis e arrendamentos	558	477
Custo com logística operacional	1.181	1.087
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	68	14
Outros	5.797	5.845
	<u>198.460</u>	<u>257.755</u>

27 Despesas por natureza

	2024	2023
Despesas com pessoal	26.897	25.131
Comissões sobre vendas	16.305	21.763
Impostos, taxas e multas	1.754	2.255
Viagens e representações	4.527	4.169
Fretes	6.573	6.382
Depreciação e amortização	2.003	2.315
Manutenções	1.573	2.236
Serviços de terceiros	9.485	11.283
Provisões e reversões	4.856	910
Publicidade e propaganda	4.121	3.972
Arrendamentos	1.859	1.990
Assistência técnica e garantia	691	184
Perdas por obsolescência e descontinuidade no estoque	5.304	2.795
Seguros	237	182
Outras	5.118	6.780
	91.304	92.347

Classificadas como:

Despesas gerais e administrativas	(34.188)	(34.609)
Despesas com vendas	(57.116)	(57.738)
	(91.304)	(92.347)

28 Outras receitas operacionais, líquidas

	2024	2023
Recuperação de despesas	1.043	955
Resultado na venda de imobilizado	4	594
SICOOB - Integralização de rateio (Receita)	33	36
Outros	141	60
	1.221	1.645

29 Receitas financeiras

	2024	2023
Variação cambial	5.769	5.649
Descontos obtidos	172	311
Rendimento de aplicação financeira	399	172
Receita sobre investimentos temporários	836	572
Ganhos em Operações de <i>Swap</i> - Não Realizado	2.592	-
Ganhos em Operações de <i>Hedge/Swap</i> - Realizado	164	-
Outros	670	835
	11.357	7.539

30 Despesas financeiras

	2024	2023
Juros sobre empréstimos bancários	(11.290)	(8.918)
Juros sobre debêntures	(4.534)	(7.021)
Juros sobre duplicatas descontadas e contribuições e impostos	(2.151)	(2.691)
Despesas bancárias diversas	(689)	(594)
Variação cambial	(16.550)	(6.046)
Perdas em Operações de <i>Hedge/ Swap</i> – Não Realizado Realizado	(754)	-
Perdas em Operações de <i>Hedge/ Swap</i> - Realizado	(116)	-
Juros Pagos ou Incorridos S/ Derivativos (Adm)	(615)	-
Outros	<u>(1.594)</u>	<u>(4.298)</u>
	<u>(38.293)</u>	<u>(29.568)</u>

31 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo através do resultado - VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos Financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2024								
Ativos financeiros por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos	2.592	-	-	2.592	-	2.592	-	2.592
Títulos e valores mobiliários	588	-	-	588	-	588	-	588
Total	3.180	-	-	3.180	-	3.180	-	3.180
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado								
Caixa e equivalentes de caixa	-	10.195	-	10.195	-	-	-	-
Contas a receber	-	100.858	-	100.858	-	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	10.011	-	10.011	-	-	-	-
Demais contas a receber e depósitos judiciais	-	6.028	-	6.028	-	-	-	-
Total	-	127.092	-	127.092	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados a custo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	118.240	118.240	-	118.240	-	118.240
Debêntures	-	-	27.195	27.195	-	27.195	-	27.195
Total	-	-	145.435	145.435	-	145.435	-	145.435
Passivos financeiros não-mensurados ao valor								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	24.282	24.282	-	-	-	-

	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo através do resultado - VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos Financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2023								
Ativos financeiros por meio do resultado								
Títulos e valores mobiliários	533	-	-	533	-	533	-	533
Total	533	-	-	533	-	533	-	533
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado								
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.236	-	4.236	-	-	-	-
Contas a receber	-	105.729	-	105.729	-	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	6.992	-	6.992	-	-	-	-
Demais contas a receber	-	6.898	-	6.898	-	-	-	-
Total	-	123.855	-	123.855	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados a custo amortizado o								
Empréstimos e financiamentos	-	-	69.085	69.085	-	69.085	-	69.085
Debêntures	-	-	39.495	39.495	-	39.495	-	39.495
Total	-	-	108.580	108.580	-	108.580	-	108.580
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	20.011	20.011	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis. Para os instrumentos financeiros, incluindo *swaps* utilizamos o método de mensuração do valor justo *hedge*, este é determinado com base na avaliação do risco de crédito e mercado, considerando a relação entre o instrumento financeiro e o ativo ou passivo que está sendo “*hedgeado*”.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2024.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e,
- Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

As políticas de concessão de crédito a clientes são definidas pela Administração e a concessão dos limites é aprovada pelos comitês de crédito conforme alçadas definidas nas referidas políticas. A utilização desses limites de crédito é monitorada constantemente. As vendas para clientes são liquidadas por meio do pagamento de títulos na rede bancária e não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício.

O risco de crédito das contas a receber advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Todos os clientes são monitorados via SERASA e, em caso de restrições o limite de crédito é suspenso até regularização. Em casos de vendas a prazo é adotado procedimento de emissão de Contrato de Compra e Venda com Reserva de Domínio.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	10.195	4.236
Instrumentos financeiros derivativos	2.592	-
Títulos e valores mobiliários	588	533
Contas a receber de clientes	100.858	105.729
Demais contas a Receber e depósitos judiciais	6.028	6.898
Empréstimos com partes relacionadas	10.011	6.992
	<u>130.272</u>	<u>124.388</u>
Circulante	(116.205)	(112.335)
Não circulante	14.067	12.053

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes da Companhia na data das demonstrações financeiras foi a seguinte:

	2024	2023
A vencer	92.157	92.085
Vencidas até 30 dias	1.143	4.296
Vencidas de 31 a 60 dias	1.200	3.275
Vencidas de 61 a 90 dias	624	2.898
Vencidas de 91 a 180 dias	3.273	2.538
Vencidas de 181 a 365 dias	3.708	820
Vencidas a mais de 365 dias	5.754	2.379
	<u>107.859</u>	<u>108.291</u>

Os saldos em aberto são realizáveis no curto prazo e a análise sobre esses valores não revelou expectativas de perdas em montante superior ao valor provisionado.

	2024	2023
Em 1º de janeiro	2.562	1.140
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	-	(108)
Provisão (reversão) para <i>impairment</i> de contas a receber	2.491	1.530
Em 31 de dezembro	<u>5.053</u>	<u>2.562</u>

A Companhia adota o critério de provisionar seus recebíveis vencidos e a vencer de acordo com o CPC 48.

Foram analisados os valores recebidos dos últimos 3 anos para se encontrar as taxas médias de recebimento dos recebíveis a vencer de acordo com a idade e utilizado uma análise de cada cliente vencido através de uma classificação de “A” até “H” para efetuar a provisão para perdas de crédito esperadas.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia acredita que, conforme indicado acima, a provisão para perdas esperadas de crédito foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

	2024					
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 3 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	24.282	24.282	22.660	1.622	-	-
Empréstimos e financiamentos	118.240	122.137	55.905	58.998	7.233	-
Debêntures	27.195	33.085	9.790	23.295	-	-
	169.717	179.504	88.356	83.915	7.233	-
Circulante	(87.785)	(88.356)	88.356	-	-	-
Não circulante	81.932	91.148	-	83.915	7.233	-
	2023					
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 3 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	20.011	20.011	18.027	1.984	-	-
Empréstimos e financiamentos	69.085	74.458	62.000	10.634	1.823	-
Debêntures	39.495	50.303	15.234	35.069	-	-
	128.591	144.772	95.261	47.687	1.823	-
Circulante	(86.360)	(95.261)	95.261	-	-	-
Não circulante	42.231	49.511	-	47.687	1.823	-

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O

objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de matéria prima, e a venda de produtos. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia contratou operações relativas a instrumentos financeiros como *hedge* para tais fins. Os saldos de ativos e passivos expostos à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2024 compreendem unicamente operações em dólares norte-americanos e estão assim apresentados:

	Nota	2024		2023	
		R\$	US\$ (mil)	R\$	US\$ (mil)
Ativo					
Instrumento financeiro derivativo		2.592	419	-	-
Contas a receber de clientes	10	13.348	2.758	16.635	3.437
Total		15.940	3.177	16.635	3.437
	Nota	2024		2023	
		R\$	US\$ (mil)	R\$	US\$ (mil)
Passivo					
Empréstimos e financiamentos US\$	18.a	34.385	7.104	40.302	8.327
Total		34.385	7.104	40.302	8.327

Análise de sensibilidade de câmbio

A Companhia adota três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e quatro que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. O cenário Provável foi definido internamente pela Companhia e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravamento do risco em -25%, -50%, 25% e 50%, respectivamente. A metodologia utilizada foi o recálculo do valor presente das transações em dólares norte-americanos com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de dezembro de 2024, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetado de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

	Exposição em 2024		Câmbio médio	Exposição em 2024	Redução em		Elevação em	
	R\$	Risco			US\$ (mil)	-50%	-25%	50%
Ativo								
Instrumento financeiro derivativo	2.595	Câmbio	6,19	419	(1.296)	(648)	1.296	648
Contas a receber	13.348	Câmbio	6,19	2.156	(6.674)	(3.337)	6.674	3.337
Total	15.940			2.574	(7.970)	(3.985)	7.970	3.985
Passivos								
Empréstimos e financiamentos US\$	34.385	Câmbio	6,19	5.553	(17.193)	(8.596)	17.193	8.596
Total	34.385			5.553	(17.193)	(8.596)	17.193	8.596
Impacto líquido no resultado e no patrimônio líquido						(12.581)	25.163	12.581

	Exposição em 2023 R\$	Risco	Câmbio médio	Exposição em 2023 US\$ (mil)	Redução em		Elevação em	
					-50%	-25%	50%	25%
Ativo								
Contas a receber	16.635	Câmbio	4,84	3.437	(8.318)	(4.159)	8.318	4.159
Total	16.635			3.437	(8.318)	(4.159)	8.318	4.159
Passivos								
Empréstimos e financiamentos US\$	40.302	Câmbio	4,84	8.327	(20.151)	(10.076)	20.151	10.076
Total	40.302			8.327	(20.151)	(10.076)	20.151	10.076
Impacto líquido no resultado e no patrimônio líquido						(14.234)	28.469	14.234

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da - Companhia eram:

	2024	2023
Ativo Financeiros		
Aplicações financeiras	6.780	1.837
Títulos e valores mobiliários	588	533
Instrumento financeiro derivativo	2.592	-
Passivos Financeiros		
Empréstimos e financiamentos	118.240	69.085
Debêntures a pagar	27.195	39.495

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos financiamentos e dos ativos, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentadas nas tabelas a seguir:

	Exposição 31/12/2024	Risco	Cenários									
			Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros - Aplicações												
Caixa equivalentes caixa	6.780	CDI	12,15	824	15,19	1.030	18,23	1.236	9,11	6.18	6,08	412
Títulos e valores imobiliários	588	CDI	12,15	71	15,19	89	18,23	107	9,11	54	6,08	36
Instrumento financeiro derivativo	2.592	CDI	12,15	315	15,19	394	18,23	473	9,11	236	6,08	158
Total dos ativos financeiros	<u>9.960</u>			<u>1.210</u>		<u>1.513</u>		<u>1.816</u>		<u>908</u>		<u>606</u>
Passivos financeiros - Empréstimos e financiamentos												
Capital de giro	(80.166)	CDI	12,15	(9.740)	15,19	(12.177)	18,23	(14.615)	9,11	(7.303)	6,08	(4.875)
Capital Fixo	(1.307)	TJLP	7,43	(97)	9,29	(121)	11,15	(146)	5,57	(73)	3,72	(49)
Debêntures	(27.195)	CDI	12,15	(3.304)	15,19	(4.131)	18,23	(4.958)	9,11	(2.477)	6,08	(1.653)
Total dos passivos financeiros	<u>(108.668)</u>			<u>(13.141)</u>		<u>(16.392)</u>		<u>(19.719)</u>		<u>(9.853)</u>		<u>(6.577)</u>
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				<u>(11.931)</u>		<u>(2.948)</u>		<u>(5.972)</u>		<u>2.986</u>		<u>5.960</u>

Fonte: As informações do CDI, TJLP, DOLAR e EURO foram extraídas do site do Banco Central, todas essas com a data-base do último dia útil de dezembro de 2024

	Exposição 31/12/2023	Risco	%	Cenários									
				Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativos financeiros - Aplicações													
Caixa equivalentes caixa	1.837	CDI	11,65	214	14,56	267	17,48	321	8,74	161	5,83	107	
Títulos e valores imobiliários	533	CDI	11,65	62	14,56	78	17,48	93	8,74	47	5,83	31	
Total dos ativos financeiros	<u>2.370</u>			<u>276</u>		<u>345</u>		<u>414</u>		<u>208</u>		<u>138</u>	
Passivos financeiros - Empréstimos e financiamentos													
Capital de giro	(24.006)	CDI	11,65	(2.797)	14,56	(3.495)	17,48	(4.197)	8,74	(2.098)	5,83	(1.401)	
Capital fixo	(1.277)	TJLP	6,55	(84)	8,19	(105)	9,83	(126)	4,91	(63)	3,28	(42)	
Debêntures	(39.495)	CDI	11,65	(4.601)	14,56	(5.750)	17,48	(6.904)	8,74	(3.453)	5,83	(2.303)	
Total dos passivos financeiros	<u>(64.778)</u>			<u>(7.482)</u>		<u>(9.350)</u>		<u>(11.227)</u>		<u>(5.613)</u>		<u>(3.746)</u>	
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				<u>(7.206)</u>		<u>(1.799)</u>		<u>(3.607)</u>		<u>1.801</u>		<u>3.598</u>	

Fonte: As informações do CDI, TJLP, DOLAR e EURO foram extraídas do site do Banco Central, todas essas com a data-base do último dia útil de dezembro de 2024

32 Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprios e terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2024	2023
Gestão do Capital		
Total do passivo	218.005	184.901
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(10.195)</u>	<u>(4.236)</u>
(=) Dívida líquida (a)	<u>207.810</u>	<u>180.665</u>
Total do patrimônio líquido (b)	<u>91.423</u>	<u>115.357</u>
Relação da dívida líquida sobre o capital ajustado (a/b)	<u>2,27</u>	<u>1,57</u>

33 Eventos Subsequentes

(i) Durante o mês de janeiro a março de 2025 a Companhia realizou novas operações de adiantamento de contrato de câmbio e de financiamento de inovação para desempenho, totalizando R\$ 34.165, conforme abaixo:

- R\$ 18.000, junto ao FINEP Inovação e Pesquisa, com vencimento em 21/11/2034 e taxa 3,8% a.a.;
- R\$ 7.000, junto ao Banco ABC a título de Adiantamento contrato de câmbio ACC com vencimento em 22/09/2025 e taxa de 7,75% a.a.; e
- R\$ 9.165, junto ao Banco do Brasil a título de Adiantamento contrato de câmbio ACC com vencimento em 22/01/2026 e taxa de 9,10% a.a.

Fábio Chencchi Côrrea
Diretor Presidente

Marcelo Di Lello
Contador - CRC 1 SP-326320/O-6